

Impugnação ao Edital PREGÃO PRESENCIAL 64-2019

De: **Medical Life**

Para: **licitacao@prefguaranesia.mg.gov.br**

Cópia:

Cópia oculta:

Assunto: **Impugnação ao Edital PREGÃO PRESENCIAL 64-2019**

Enviada em: 28/05/2019 | 16:34

Recebida em: 28/05/2019 | 16:34

AO (a) ILMO. (a) SR. (a) PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANESIA

PREGÃO PRESENCIAL 64-2019 PROCESSO 48/2019

MEDICAL LIFE COMÉRCIO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 14.425.382/0001-00, com sede sito na Rua Rosinha Sigaud nº 304, Bairro Caiçara em Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais (MG), CEP 30770-560, vem respeitosamente à presença de V. SA, interpor

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

ao edital do PREGÃO PRESENCIAL 64/2019, com fulcro no §2º do artigo 41 da Lei 8.666/1993, pelos fundamentos nesta peça demonstrados.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Considerando que a sessão pública eletrônica está prevista para o dia 30/06/2019, comprova-se a tempestividade desta impugnação, cumprindo o prazo pretérito de 2 (dois) dias úteis previsto no artigo 41, § 1º e 2º da Lei 8.666/1993 e artigo 18 do Decreto Federal nº 5.450/2005, bem como no item 22 do edital do Pregão em referência, dar-se-á no dia 26/04/2019.

Em face do exposto, considerando o protocolo em tempo hábil, não há de se falar de serôdia do presente apelo.

II – BREVE RELATO FÁTICO

-
Conforme se vê do edital do Pregão Presencial nº 64/2019, foi deflagrado processo, que tem como objeto a contratação de empresa para registro de preço para a prestação de serviço por empresa especializada em remoção de pacientes neonatal, infantil e adulto em ambulância tipo D, UTI Móvel, para serviço eventual e futuro no período de doze meses.

Contudo, o presente certame e o edital em comento não nos permite dimensionar com exatidão os custos direcionados na execução dos serviços, consoante a Impugnante passará a expor, motivo pelo qual, o edital revela situação que merece urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório, pois cria óbice à própria realização da disputa, conforme passaremos a expor:

III – FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

-
Conforme se vê do edital do ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA, consta o preço médio de um local a outro.

-
Infere-se ainda que a prestação do serviço será fracionada conforme as necessidades da Administração, sendo que o serviço compreenderá a hora do médico, do enfermeiro e a hora parada.

Lado outro, o edital em comento, não nos permite auferir com exatidão o valor dos custos, mormente por que os eventuais licitantes não tem como auferir o valor de referência.

Ademais, consta um valor fixo de uma localidade para outra localidade, contudo não sabemos com exatidão se o valor é por viagem, ou se já é o valor global de uma média das viagens.

Nossa dúvida se faz necessária, considerando que para o fornecimento de ambulância do tipo D, o eventual licitante terá que possuir para a execução dos serviços médicos, enfermeiros, motoristas e demais profissionais necessários para a execução dos serviços.

Deste modo para que possamos dimensionar nossos custos, solicitamos que seja esclarecido se o valor é por viagem ou o valor da média?

Consta no item 7.2.3, que a Licitante deverá prestar declaração que possui certidão de registro e anotação de responsabilidade técnica no COREN e no CRM, a saber;

“7.2.3 - Declaração de que possui Certidão de Registro e Anotação de responsabilidade Técnica nos respectivos Conselhos Regionais (CRM – Conselho Regional de Medicina; COREN – Conselho Regional de Enfermagem).”

Com o devido acatamento, entendemos que esta exigência cerceia a ampla participação restringindo o universo de potenciais licitantes e direcionando a licitação a determinado licitante que possua a inscrição nos dois órgãos.

Como cediço, o intuito de evitar excessos por parte dos Conselhos Regionais das diversas categorias profissionais que, muitas vezes, impõem a filiação de pessoas físicas ou jurídicas que desempenham funções em nada compatíveis com a natureza do órgão fiscalizador, foi editada a Lei nº 6.839/80.

De acordo com este comando legal, o registro no respectivo Conselho Profissional, bem como a aplicação de penalidades, só se torna possível em decorrência da atividade básica exercida pela empresa.

A jurisprudência é clara no sentido da ilegalidade da exigência de duplo registro, e deste modo tal exigência é desarrazoada, bastando que a Administração exija um ou outro registro à saber:

“Ação Declaratória de Inexistência de Certidão de Dívida Ativa Pluralidade de Domicílios Sentença de Improcedência Recorrente que Eleger o Estado do Paraná para Fins de Registro e Recolhimento do Tributo Ausência de Prova de que Possuía Duplo Domicílio à Época do Fato Gerador do Tributo Indicação na Declaração de Imposto de Renda de Domicílio no Estado de São Paulo Legitimidade do Estado de

TRF-4 - APELAÇÃO CIVEL AC 50617750620154047000 PR 5061775-06.2015.4.04.7000 (TRF-4)

“INEXIGIBILIDADE DE DUPLO REGISTRO. Possuindo a empresa atividade básica ligada à área de Engenharia e Agronomia apenas no Estado do Paraná, local em que já se encontra registrada no CREA/PR, não cabe a exigência de registro no CREA-MT apenas para atividades técnicas de nível médio. TRF-4 - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA AMS 31585 RS 2005.71.00.031585-2 (TRF-4).

REGISTRO PROFISSIONAL. CREA-RS. LEI 5.194 /66. DECRETO-LEI 8.620 /46. LEI 2.800 /56. LEI 6.839 /80. RESOLUÇÃO Nº 336 /89. INEXIGIBILIDADE DE DUPLO REGISTRO. A empresa notificada pelo CREA-RS recolhe lixo, resíduos de saúde no Estado do Rio Grande do Sul e os transporta até chapecó/SC onde procede à sua incineração, estando devidamente registrada no CREA-SC e no CRQ-SC. Possuindo a empresa atividade básica ligada à área de engenharia, arquitetura e agronomia apenas no Estado de Santa Catarina, local em que já se encontra registrada no CREA, não cabe a exigência de registro no CREA-RS apenas para a coleta e transporte do lixo, pois para essas atividades, segundo a licença de operação concedida pela FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul) é exigida somente a contratação de responsável técnico químico ou engenheiro químico, devidamente registrado no conselho regional de classe do RS. Dessa forma, a impetrante optou pela contratação de uma química no Estado do Rio Grande do Sul, que se encontra inscrita no CRQ-RS, segundo documento juntado aos autos. Não há, assim, necessidade de duplo registro da empresa no CREA-SC e no CREA-RS, posto que sua atividade

Como cediço, o item é restritivo e cerceia a ampla competição, na medida em que direciona a licitação a apenas um licitante que possua inscrição nos dois conselhos, sendo que o correto é a inscrição apenas da empresa no órgão de sua atividade principal.

IV- DOS REQUERIMENTOS

Portanto, segundo a inteligência das Leis 8.666/93, o espírito das contratações públicas deverá atender ao incentivo da competição e da ampla participação.

Diante de todo o exposto, requer que os itens citados sejam esclarecidos e modificados para franquear a ampla participação dos possíveis interessados no certame citado.

Termos em que, respeitosamente, pede deferimento.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2019.

MEDICAL LIFE COMÉRCIO EIRELI ME
CNPJ 14.425.382/0001-00

Janaina Campos
Departamento Jurídico Licitação
(31) 3024-6040
www.medicallifebrasil.com.br

